

Ata
Reunião Ordinária da Câmara Municipal
do Corvo realizada no dia 24 de agosto
de 2023

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e três, nesta Vila do Corvo, no Edifício dos Paços do Concelho e no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniram ordinariamente, o Executivo Camarário, com a presença, do Senhor Presidente da Câmara Municipal José Manuel Alves da Silva, do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Óscar Manuel Valentim da Rocha, do Senhor Vereador Júlio Tiago Lameiras Pereira e do Senhor Vereador João Manuel Dias Alferes das Pedras e da Senhora Vereadora Ângela Marie Valadão. -----

I

Às quinze horas, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos. Lida a ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

II

3ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO
PLANO DE 2023

A Câmara Municipal por votação nominal deliberou com votos a favor do Senhor Presidente da Câmara Municipal José Manuel Alves da Silva, do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Óscar Manuel Valentim da Rocha e da Senhora Vereadora Ângela Marie Valadão e abstenção do Senhor Vereador João Manuel Dias Alferes das Pedras e do Senhor Vereador Júlio Tiago Lameiras Pereira aprovar, a 3.ª Alteração ao Orçamento e à Grandes Opções do Plano de 2023 que importa numa movimentação de verbas no montante de €77.000,00 (setenta e sete mil euros), determinado a sua entrada em vigor com data de 25 de agosto do corrente. -----

III

RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO 2.º TRIMESTRE
DE 2023

----- Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 14º do Regulamento do Sistema de Controlo Interno foi apresentado, para apreciação e análise, o Relatório de Execução Orçamental e Planeamento do 2º Trimestre de 2023.

Não foram apresentados quaisquer pontos para discussão, pelo que passou-se para o seguinte ponto da ordem de trabalhos. -----

IV

REGULAMENTO INTERNO DE SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DO MUNICÍPIO DO CORVO

----- A Câmara Municipal por votação nominal, e por unanimidade, tendo presente a proposta de Regulamento Interno de Segurança na Utilização dos Sistemas de Informação e do Tratamento de Dados Pessoais do Município do Corvo (tido como regulamento municipal) em anexo e dando-se por reproduzido, deliberou o seguinte: -----

----- O presente Regulamento foi elaborado por expressas cominações legais, no caso ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na 2ª parte da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ainda nos artigos 71.º, 73.º e 75.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – bem como, conforme as estipulações presentes no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) - Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu, de 27.04.2016, que entrou em vigor em maio de 2016 com aplicação a partir de 25 de maio de 2018 e que estabelece as regras relativas à proteção das pessoas singulares, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, aplicando-se a todas as entidades que realizem operações que envolvam dados pessoais.

----- Nestes termos, o Regulamento Interno de Segurança na Utilização dos Sistemas de Informação e do Tratamento de Dados Pessoais do Município do Corvo visa concretizar o estipulado no acima referido Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu, de 27.04.2016, destinando-se ao âmbito interno da autarquia, e como tal, encontrando-se dispensado de discussão pública ou de audiência prévia – nos termos do n.º 1, a contrario, do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo e não havendo que densificar qualquer relação “custo – benefício” prevista no artigo 99º do dito Código do Procedimento Administrativo; no entanto, sem prejuízo da sua ampla divulgação, nos termos legais. -----

----- O presente Regulamento Interno de Segurança na Utilização dos Sistemas de Informação e do Tratamento de Dados Pessoais do Município do Corvo revoga o anteriormente aprovado, adequando o normativo às

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

recentes e clarificadoras orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados.-----

----- Esclarece-se que nos termos da 2ª parte da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (atual redacção), e artigo 75.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projectos de regulamentos externos e aprovar regulamentos internos.-----

----- No entanto, decide-se que todo o teor do Regulamento Interno de Segurança na Utilização dos Sistemas de Informação e do Tratamento de Dados Pessoais do Município do Corvo, deverá, por elementar prudência e conhecimento geral, ser levado também à aprovação pela Assembleia Municipal.-----

----- Mais se refere patente a obrigatoriedade de posterior publicação em Diário da República e na página oficial de internet da Autarquia.-----

----- Atento todo o supra considerado, propõe-se, nos termos do disposto na aplicação conjugada da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º - ambos da já referida Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - , remeter para aprovação da Assembleia Municipal, o Regulamento Interno de Segurança na Utilização dos Sistemas de Informação e do Tratamento de Dados Pessoais do Município do Corvo (em anexo), que visa estabelecer as regras relativas à proteção das pessoas singulares, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.-----

----- A presente deliberação foi, nos termos legais, aprovada em minuta, por unanimidade, para vigorar e produzir efeitos imediatos. -----

V

REGULAMENTO SOBRE A POSSE, CIRCULAÇÃO, DETENÇÃO E ALOJAMENTO DE ANIMAIS NO MUNICÍPIO DO CORVO

----- Foi apresentado o Regulamento sobre a Posse, Circulação, Detenção e Alojamento de Animais no Município do Corvo; -----

O Sr. Vereador João Pedras questionou o Sr. Presidente do Município sobre se tinha sido feita alguma consulta ao Governo Regional no âmbito da proposta de Regulamento, ao que o Sr. Presidente respondeu que existe um protocolo entre o Município e a Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. O Sr. Vereador voltou a fazer a mesma pergunta e o Sr. Presidente respondeu que não. -----

A. Quir
A. Quir
A. Quir
A. Quir

Continuando o Sr. Vereador questionou quais são os terrenos municipais de pastoreio que constam do artigo 47.º do Regulamento, ao que o Sr. Presidente respondeu que são os terrenos baldios, que são geridos por órgãos próprios, mas que são municipais, e que se se der a inexistência de órgãos próprios, a Câmara sobrepõe-se à Direção e a Assembleia Municipal sobrepõe-se à Assembleia de Compartes do Baldio. Sr. Vereador questionou se a taxa prevista no mesmo artigo só se aplicará em caso de inexistência de órgãos do baldio, ao que o Sr. Presidente respondeu afirmativamente. -----

O Sr. Vereador João Pedras sugeriu que a proposta de Regulamento não avançasse já, porque esta tem vários erros, legislação revogada, normas contrárias à lei em vigor e refere departamentos do Governo Regional que não existem. Referiu que o documento está muito desatualizado, devia ser revisto e que não fazia sentido avançar enquanto o município não tiver um canil/gatil, porque em alguns artigos refere especificamente o gatil/canil do município, mas este não existe. O Sr. Presidente respondeu que o projeto do canil/canil municipal será entregue até ao final do mês de agosto. -----

Continuando o Sr. Vereador passou a dar vários exemplos de artigos em que detetou erros, como no artigo 34.º, que contém legislação revogada e legislação que atribui competências à GNR que não estão especificadas naquela lei, ao que o Sr. Presidente respondeu que a GNR no Corvo tem competências que normalmente são da competência da PSP. -----

Sobre o artigo 26.º, Sr. Vereador referiu que a expressão “notificam o detentor para retirar os animais para o canil ou gatil municipal no prazo estabelecido” tem de ser modificada porque não existindo a infraestrutura esta expressão não faz sentido, ao que o Sr. Presidente respondeu que o canil/gatil está quase pronto, ao que o Sr. Vereador retorquiu que no artigo 34.º consta que o município não tem. Acrescentou ainda que deve ser feita referência ao local onde o animal estiver alojado e nunca a um local que não existe. -----

Sr. Vereador João Pedras disse ainda que não discordo de parte do documento, mas que só fazia sentido aprovar um regulamento destes quando a obra estivesse concluída. -----

Continuando disse sobre o artigo 48.º, ou a expressão “médico veterinário” estava errada, devendo ser “médico veterinário municipal”, ou no caso de se referirem ao médico veterinário da administração pública, a expressão deve ser retirada porque no mesmo artigo já consta a Direção Regional, sendo por isso uma repetição. Referiu ainda que a Direção Regional do Desenvolvimento Agrário não existe, a expressão correta deverá ser a Direção Regional competente na matéria. -----

Sr. Vereador referiu ainda que no preâmbulo do Regulamento é mencionado que a proposta deve ser publicada no sítio institucional da autarquia, mas que este não existe, ao que o Sr. Presidente respondeu que a nova página da autarquia está praticamente pronta. -----

A.
Qu
X
J
A

O Sr. Presidente propôs retirar a proposta, foi deliberado por unanimidade proceder à revisão do regulamento e posterior apresentação em reunião camararia. -----

VI

CÓDIGO DE POSTURAS DO CORVO

----- Foi apresentado a proposta de Código de Posturas Municipais (elaborada no exercício do seu poder regulamentar próprio, previsto no n.º 8 do artigo 112.º e no artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, em conjugação com as alíneas a), c), e), k), m) e n) do artigo 23.º, a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro) que visa estabelecer um conjunto de regras de natureza regulamentar que têm como princípio geral a defesa e proteção dos bens do domínio público e privativo do Município ou que estejam sob a sua guarda e responsabilidade, estendendo-se esta defesa igualmente à qualidade do meio ambiental. -----

Sr. Vereador João Pedras solicitou a palavra e disse que neste documento estavam previstas alterações relativas à posse de porcos e galinhas na vila que visam impedir que se faça a criação de animais na vila, sem que tenham posto em prática o novo regulamento para a construção de pocilgas fora da vila. O Sr. Presidente respondeu que tinham feito muitas. Sr. Vereador questionou se tinham feito com este novo regulamento aprovado no primeiro mandato do atual executivo. O Sr. Presidente respondeu que sim e que só não se fez porque ninguém pediu. Sr. Vereador referiu que cidadãos lhe tinham informado que tinham feito o pedido, mas que nunca receberam resposta por parte do Município. O Sr. Vice-Presidente interveio referindo que com este novo regulamento nunca tinham chegado a fazer nenhuma pocilga. Sr. Vereador referiu novamente que cidadãos lhe tinham informado que tinham feito o pedido, mas que nunca receberam resposta. O Sr. Presidente respondeu que ninguém se tinha inscrito e que todos os anos são previstas no Orçamento do Município verbas para esse fim. -----

Relativamente ao artigo 7.º Sr. Vereador perguntou se com esta redação, por exemplo, o Restaurante Traineira não podia voltar a ter esplanada, ao que o Sr. Presidente respondeu que aquela esplanada criava vários problemas. Sr. Vereador referiu que com isto pode resolver os problemas que a esplanada do Traineira causava, mas que com esta regra qualquer outro estabelecimento ficará prejudicado. Acrescentou que o que deveria ter sido feito era que quando o Restaurante Traineira pedisse licença esta fosse recusada, em vez de se aplicar a todos desta forma. O Sr. Presidente referiu

que era um perigo ter uma esplanada do outro lado da estrada, ao que o Sr. Vereador João Pedras respondeu que essa é uma situação muito comum. --- Continuando e em relação ao artigo 14.º da proposta do regulamento, o Sr. Vereador João Pedras perguntou se os donos dos terrenos não edificados confinantes com a via pública é que vão ter de pintar os muros que sempre foram pintados pelo Município, ao que o Sr. Presidente respondeu que é isso que deve ser, mas que não significa que o Município não continue a fazê-lo. Sr. Vereador disse que era contra este artigo e perguntou quem faria a fiscalização referida no artigo, ao que o Sr. Presidente respondeu que a Câmara Municipal tem um gabinete técnico que pode fazer esse trabalho. -- Em relação ao n.º 2 do artigo 27.º, Sr. Vereador João Pedras perguntou se estavam mesmo a referir a obras no interior de edifícios, ao que o Sr. Presidente respondeu afirmativamente. Sr. Vereador questionou se um empreiteiro pode realizar obras no interior de edifícios aos sábados, domingos e feriados, ao que o Sr. Presidente respondeu que pode sem fazer ruído. Sr. Vereador referiu que compreenderia se fossem obras no exterior, mas no interior não. O Sr. Presidente disse que se a casa for encostada a outra o ruído incomoda. Sr. Vereador respondeu que não era possível fazer obras sem ruído e que por isso não concordava com o artigo. ----- Continuando Sr. Vereador João Pedras referiu que o artigo 29.º não fazia sentido existir enquanto não houvesse o canil/gatil municipal. O Sr. Presidente respondeu que não está especificado no artigo para onde serão transportados os animais, pelo que não vê problema na sua existência e que o artigo pode ser alterado fazendo referência apenas para quando estiver construído o gatil/canil municipal. ----- Sr. Vereador questionou as zonas referidas no artigo 31.º, tendo o Sr. Presidente respondido que se refere a vias municipais. Sr. Vereador disse que o documento se refere a todo o território do município, o que inclui os baldios e que, como o Sr. Presidente anteriormente confirmou que o baldio poderá, perante a inexistência de órgãos próprios, ser gerido pela Câmara Municipal, com a aplicação deste artigo o gado não pode divagar no baldio sem o respetivo pastor, coisa que não faz sentido. Sr. Vereador sugeriu que o n.º 1 fosse alterado para uma formulação que excluísse os baldios desse impedimento, tendo a sugestão sido aceite e ficando o Sr. Presidente incumbido de encontrar uma formulação com esse objetivo. ----- O Sr. Vereador referiu que a alínea d) do n.º 1 do artigo 32.º estipula que os canídeos e os felinos deverão usar uma coleira com o número da licença, mas que o Regulamento sobre a Posse, Circulação, Detenção e Alojamento de Animais no Município do Corvo prevê a utilização de coleira na qual conste o nome e morada ou telefone do detentor. Sr. Vereador perguntou se os animais têm de andar com 2 chapas de identificação, ao que o Sr. Presidente respondeu que através do número da licença é possível aferir os restantes

Handwritten signatures and initials in blue ink, including what appears to be "A. H." and "J. P." with various flourishes.

dados. Sr. Vereador sugeriu que esta fosse a formulação utilizada nos dois documentos. -----

O Sr. Vereador referiu que no n.º 2 do artigo 43.º o regulamento estipula que o máximo de animais que podem ser alojados em cada fogo são 5, já no Regulamento sobre a Posse, Circulação, Detenção e Alojamento de Animais no Município do Corvo refere que são 6 e a legislação em vigor determina que são 6, pelo que deverá ser corrigido o valor do artigo 43.º -----

Sr. Vereador disse no que respeita ao artigo 50.º, referiu que é muito exagerado proibir os estacionamento nos locais referenciados no regulamento, porque ficará ainda mais difícil estacionar na vila, que já tem imensa falta de parques de estacionamento. O Sr. Presidente referiu que a autarquia está a ponderar adquirir dois terrenos para construir parques de estacionamento. Sr. Vereador referiu ainda que, desta forma, fica proibido o estacionamento em praticamente toda a Rua do Jogo da Bola, para dar um exemplo. O Sr. Presidente afirmou que concorda que não se deve estacionar naquela rua. Sr. Vereador retorquiu que concorda que se regule o estacionamento, mas apenas quando existirem alternativas para esse efeito. Disse ainda que a posse de viaturas é um direito de todos os cidadãos, pelo que não se pode evitar o elevado número destas na ilha, devendo-se criar locais de estacionamento e só depois criar um regulamento destes. -----

O Sr. Presidente colocou o documento à votação, com a introdução de algumas das alterações sugeridas. -----

A Câmara Municipal por votação nominal, deliberou com votos a favor do Senhor Presidente da Câmara Municipal José Manuel Alves da Silva, do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Óscar Manuel Valentim da Rocha e da Senhora Vereadora Ângela Marie Valadão e os votos contra do Senhor Vereador João Manuel Dias Alferes das Pedras e do Senhor Vereador Júlio Tiago Lameiras Pereira, a proposta de Código de Posturas Municipais em anexo e dando-se por reproduzido, deliberou o seguinte: -----

----- Ora, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do artigo 100.º e com o artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve o órgão competente submeter o projeto de regulamento a consulta pública. -----

----- Atento todo o supra considerado, decide-se, nos termos dos normativos acima referidos, remeter o Código de Posturas do Corvo a Consulta Pública, pelo prazo de 30 (trinta) dias seguidos, através de publicação na 2.ª Série do Diário da República. -----

----- Depois de submetido a apreciação pública, deverá ser aprovado pela Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi, nos termos legais, aprovada em minuta, por unanimidade, para vigorar e produzir efeitos imediatos. -----

AQUISIÇÃO TERRENO – PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA CANCELAS

----- O Senhor Vereador João Manuel Dias Alferes das Pedras declarou impedimento e ausentou-se da sala durante a discussão e votação sobre o presente assunto. -----

----- Pretendendo este Municipio a celebração da escritura de compra e venda de um prédio urbano sito na Rua da Matriz de propriedade de Carlos Alberto Noia Rafael, com destino à Construção de um parque de estacionamento.-----

----- A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade dos presentes, autorizar, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a aquisição pelo valor de € 14 800,00 (catorze mil e oitocentos euros) de um prédio urbano sito na Rua da Matriz, inscrito na matriz predial urbana da freguesia e concelho do Corvo sob o número 247 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Corvo sob o número 2404, de propriedade de Carlos Alberto Noia Rafael e Conceição Ivonilde Rafael, com uma área de 45m², confrontando a norte e poente Fernando Pimentel, a sul e nascente com caminho, valor patrimonial de €1 230,00, com destino à construção dum parque de estacionamento. -----

----- O Senhor Vereador regressou à sala. -----

----- A presente deliberação foi, nos termos legais, aprovada em minuta, por unanimidade, para vigorar e produzir efeitos imediatos. -----

VIII

AQUISIÇÃO TERRENO – ARMAZÉM PARQUE DE MÁQUINAS

----- O Senhor Vereador João Manuel Dias Alferes das Pedras declarou impedimento e ausentou-se da sala durante a discussão e votação sobre o presente assunto. -----

----- Pretendendo este Municipio a celebração da escritura de compra e venda de um prédio sito no Pão de Açúcar de propriedade de Gloria Maria Nunes Alferes Pimentel, com destino a depósito de materiais de construção. -----

----- A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade dos presentes, autorizar, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a aquisição pelo valor de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) de um prédio rústico sito no Pão de Açúcar, inscrito na matriz predial rústica da freguesia e concelho do Corvo sob o número 5317 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Corvo sob o número 2883, de propriedade de Gloria Maria Nunes Alferes Pimentel, com uma área

de 242m2, confrontando a norte com Baldio, a sul e nascente com Alfredo Caetano e a poente com Ilídio Mendes, valor patrimonial de €1,16, com destino a depósito de materiais de construção. -----

----- O Senhor Vereador regressou à sala. -----

----- A presente deliberação foi, nos termos legais, aprovada em minuta, por unanimidade, para vigorar e produzir efeitos imediatos. -----

XI

REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À NATALIDADE E INFÂNCIA

----- O Senhor Presidente da Câmara José Manuel Alves da Silva declarou impedimento e ausentou-se da sala durante a discussão e votação sobre o presente assunto. -----

----- A Câmara Municipal por votação nominal deliberou por unanimidade dos presentes nos termos do art.º 5 do Regulamento Municipal de apoio à Natalidade e Infância, aprovar a atribuição de apoios requeridos pela Sra. Angela Maria Freitas Câmara. -----

----- De acordo com o artigo 4 o apoio traduz-se num incentivo, no valor de €2.000,00 (dois mil euros) e de acordo com o estabelecido nos n.ºs 2 e 3, a concretizar quer monetariamente (50%), quer em espécie (50%), sendo concedido do modo seguinte: -----

----- a) 50% dos montantes previsto, em dinheiro, até 15 dias após a aprovação do apoio pelo Município; -----

----- b) Até 50% do montante previsto, em espécie, mediante a apresentação, pelo respetivo beneficiário, da fatura e recibo, relativamente à aquisição da seguinte natureza de bens: -----

----- b.1) Fraldas, biberões, chupetas, leite para bebé édreon-bebé, cremes ou pomadas para bebé, mantinhas-bebé, carrinhos de bebé, berços, babetes, toalhetes, cadeiras-auto, alcofas, espreguiçadeiras-bebé, livros, brinquedos didáticos, roupa escolar, incluindo roupa para a prática de desporto escolar, calçado escolar, artigos de higiene em vista da prática do desporto escolar, entre outros da mesma natureza e visando os mesmos fins. -----

----- O Senhor Presidente regressou à sala. -----

----- A presente deliberação foi, nos termos legais, aprovada em minuta, por unanimidade, para vigorar e produzir efeitos imediatos. -----

X

APOIO FINANCEIRO

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

----- O Sr. Presidente da Câmara José Manuel Alves da Silva e a Sra. Vereadora Angela Marie Valadão declaram impedimento e ausentaram-se da sala durante a discussão e votação sobre o presente assunto. -----

----- A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade dos presentes, conceder um apoio financeiro no montante de 300,00€ (trezentos euros) ao Corvo Vivo – Associação de Defesa do Património do Corvo para uma formação de construção de muppets (bonecos de esponja) e um atelier para construção de máscaras de cartão de grande dimensão. -----

----- O Sr. Presidente e a Sra. Vereadora Angela Marie Valadão regressaram à sala. -----

XI

REDE DE ESGOTOS

----- A Câmara Municipal, por votação nominal deliberou por unanimidade dos presentes deferir o requerimento apresentado pelo Sr. José Camilo André Pimentel, solicitando a ligação a uma moradia sita na Rua do Rego, à rede publica de saneamento. -----

----- A Câmara Municipal, por votação nominal deliberou por unanimidade dos presentes deferir o requerimento apresentado pela Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, solicitando a ligação a um edificio Publico, sito na Avenida Nova, à rede publica de saneamento. -----

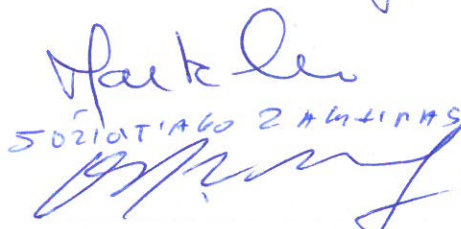
XII

Nada mais havendo a tratar, às quinze horas trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião de que foi lavrada a presente ata, sendo lida e aprovada e que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, pelos Senhores Vereadores que o desejarem fazer e por mim, Ana Maria André Jorge, Secretária desta reunião.

O Presidente da Câmara Municipal,


A Secretária,

Ana Maria André Jorge


SOCIATIAO 2 A MANTENHA DE LINDA
Helder